

## Senadores cobram defesa dos interesses brasileiros na Alca

Célio Azevedo



■ E embaixador diz que proposta dos EUA restringe desenvolvimento do Brasil

A proteção ao setor agropecuário, o fortalecimento do Mercosul e a geração de empregos foram algumas das preocupações manifestadas ontem pelos senadores em debate na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O negociador brasileiro na Área de Livre Comércio das Américas (Alca), embaixador Adhemar Bahadian, advertiu que a sociedade precisa ser informada sobre o que significaria para o país firmar um acordo como o que está sendo proposto pelos Estados Unidos.

**ADVERTÊNCIA** Bahadian (ao lado de Suplicy e do vice-presidente da CNA) teme conseqüências de acordo

### País integrará Conselho das Nações Unidas

O senador Tião Viana informou ao Plenário que a Assembléia Geral da ONU elegeu ontem o Brasil como um dos membros não perma-

nentes do Conselho de Segurança, para um mandato de dois anos. A escolha representa um passo concreto na direção de o país ver atendido seu pleito de

um mandato permanente no conselho, segundo avaliação do senador. Ele destacou que o país obteve 178 votos e houve quatro abstenções.

Página 4



**OTIMISMO** Tião Viana aponta "marco na política externa brasileira"

Página 3



### REFORMA TRIBUTÁRIA

## Paim e Agripino querem reajuste da tabela do IR

Defesa dos contribuintes foi feita por Paulo Paim e José Agripino. No Plenário, Rodolpho Tourinho, Hélio

Costa, Ideli Salvatti e Aelton Freitas também apresentaram sugestões para aperfeiçoar a proposta.

Páginas 6 e 7

Roosevelt Pinheiro



**DEBATE** Além de José Agripino (ao microfone, em pé), vários senadores analisaram a reforma tributária no Plenário do Senado

## Fátima divulga moção de apoio a Benedita

A ministra da Assistência e Promoção Social, Benedita da Silva, recebeu moção de apoio do movimento organizado de mulheres de Rondônia, reunidas na última sexta-feira, em Porto Velho, no lançamento do Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher, informou a senadora Fátima Cleide (PT-RO). De acordo com a moção, a ministra está sendo atacada de forma "injusta, preconceituosa e violenta".



Fátima leu moção do movimento de mulheres de RO

A senadora disse que a proposta partiu da vice-governadora de Rondônia, Odaísa Fernandes. Na moção lida ontem por Fátima em Plenário, as mulheres afirmam que a história da ministra Benedita da Silva a credencia para conduzir as políticas públicas de combate à pobreza.

– É hora de dar um basta nesse tipo de discriminação, pois constatamos que todos esses ataques são, primeiramente, discriminação racial e de gênero – leu Fátima Cleide.

A moção também foi assinada pela ex-senadora Emília Fernandes, secretária Especial de Políticas para as Mulheres, presente ao evento.

### Rodovias

Em seu pronunciamento, Fátima Cleide cobrou uma resposta rápida do Ministério dos Transportes quanto às providências para a recuperação das estradas federais de Rondônia, especialmente a BR-364.

# Heloísa: governo pode rever a MP da dívida agrícola

Agricultores do Nordeste não foram beneficiados pela medida votada em junho, alerta a senadora

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) informou que o Ministério da Fazenda criou um grupo para examinar se há necessidade de uma nova medida provisória (MP) ou se os termos aprovados pelos senadores em 11 de junho último permitem que pequenos produtores do Nordeste, com dívidas de até R\$ 15 mil, renegociem seus pagamentos com descontos.

Heloísa Helena e outros se-



Fotos: Roosevelt Pinheiro

**ALTERNATIVAS** Heloísa informa que Ministério da Fazenda criou grupo para estudar o problema

nadores do Nordeste estiveram ontem com assessores do secretário-executivo do Ministério da Fazenda discutindo o

problema. Ela lembrou que, à época da votação no Senado, advertiu que o texto não beneficiaria agricultores da região que usaram financiamento de um programa com recursos do Fundo Constitucional do Nordeste e do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

– Até agora, nenhum trabalhador conseguiu renegociar sua dívida nos bancos oficiais com o bônus e as condições previstas. O texto não é claro sobre esses agricultores. Na época, eu até chorei, mas a arrogância da base do governo impediu que minhas emendas fossem votadas. Hoje, quem chora são os pequenos agricultores do Nordeste – afirmou.

## Maguito celebra os 70 anos de Goiânia

Ao discursar em homenagem aos 70 anos de fundação de Goiânia, capital do estado de Goiás, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) ressaltou ontem que a cidade, que tem 1 milhão de habitantes, é uma das cinco melhores para se viver, por seu verde abundante, urbanização agradável e indicadores sociais positivos, segundo estudo realizado pela revista *Exame*.



Cidade está entre as cinco melhores, lembra Maguito

Maguito cumprimentou o prefeito de Goiânia, Pedro Wilson (PT), e destacou que o valor da cidade está em sua gente trabalhadora, honesta e competente, cuja maior paixão é a solidariedade humana. Ele lembrou ainda que é uma capital de jovens de grande potencial.

Os senadores Fátima Cleide (PT-RO), Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) e Aelton Freitas (PL-MG) fizeram partes em comemoração ao aniversário de Goiânia.

## Mozarildo faz homenagem ao Dia do Aviador

O líder do PPS no Senado, Mozarildo Cavalcanti (RR), registrou em Plenário a passagem do Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira (FAB), comemorado no dia 23 de outubro. Ele informou que foi nessa data, no ano de 1906, que o brasileiro Alberto Santos Dumont sobrevoou Paris, pela primeira vez, a bordo de seu mais célebre invento – o *14-Bis*.

– Como senador da Amazônia, gostaria de destacar minha admiração e a importância da FAB por sua atuação em prol da integração nacional e defesa da soberania – afirmou Mozarildo, condecorado, ao lado de outros senadores, com a Medalha do Mérito Aeronáutico.



Mozarildo recebeu a Medalha do Mérito Aeronáutico

## Agenda

### Sessão não deliberativa tem início às 9h

A sessão de hoje, marcada para as 9h, é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos parlamentares. Os primeiros senadores inscritos para discursar na tribuna são Ramez Tebet (PMDB-MS) e Serys Silhessarenko (PT-MT).



### Projeto cultural exhibe filme com entrada franca

O projeto Cultura ao Meio-Dia exhibe hoje, às 12h, o filme *Harry Potter e a Câmara Secreta*, baseado no livro homônimo de J. K. Rowling.

A produção americana é dirigida por Chris Columbus. A sessão é realizada no Auditório Petrônio Portella do Senado e tem entrada franca.

### Quinzena do servidor

Até o dia 30 de outubro será realizada a Quinzena do Servidor do Legislativo, voltada para funcionários do Senado, da Câmara e do Tribunal de Contas da União. O evento conta com palestras, torneios, artesanato e música. Informações: 311-3390.

### Música clássica na TV Senado

A pianista Lígia Moreno toca peças de Villa-Lobos no programa *Conversa de Músico* de hoje, às 21h30 na TV Senado. Às 24h, o ex-senador Artur da Távola apresenta o *Quem tem medo da música Clássica?*, que analisa a obra de Igor Stravinsky.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## DEBATE

Em audiência pública, embaixador brasileiro que lidera negociações para a formação da Área de Livre Comércio das Américas adverte que condições propostas pelos EUA podem prejudicar seriamente o desenvolvimento nacional



**POSTURA** Embaixador Bahadian (D), ao lado de Suplicy (C) e Gilmar Rodrigues, da CNA, diz que país deve negociar de cabeça erguida

## Bahadian alerta para riscos de adesão à Alca

Em audiência pública promovida ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o embaixador Adhemar Bahadian, copresidente do processo negociador para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), afirmou que a sociedade brasileira precisa ser informada sobre o que significaria para o país firmar um acordo como o que vem sendo proposto pelos Estados Unidos e advertiu que, uma vez assinado, o acordo passaria a ter força de lei.

– Estaríamos abrindo mão de nossa capacidade de legislar, disciplinar e manter o clima de investimento no Brasil – alertou Bahadian durante a audiência, co-patrocinada pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

O embaixador disse que o Brasil deve enfrentar as negociações com os Estados Unidos “de cabeça erguida”. Ele recordou aos senadores a determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que as negociações levem à criação de uma Alca “justa, equilibrada e que não seja contra nossos interesses”.

– Os Estados Unidos não aceitam negociar dois temas: subsídios para a agricultura e regras novas de *antidumping*. São assuntos do maior interesse para nós. Por outro lado, em todas as áreas de interesse americano que não são neces-

sariamente comerciais – como propriedade intelectual, compras governamentais e investimentos – foram introduzidas obrigações que, se estendidas ao Brasil, limitariam nossa capacidade de implementar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do país – assinalou.

### Condições

Segundo Bahadian, pela primeira vez os Estados Unidos estão definindo publicamente de que forma pretendem que os acordos da Alca funcionem. Na avaliação do embaixador, os norte-americanos querem que todos os países se associem aos Estados Unidos nas mesmas condições estabelecidas em acordo de comércio assinado com o Chile. Entre elas, estão a de que compras governamentais não podem favorecer empresas chilenas e que empresas americanas possam vender livremente serviços no mercado chileno, como os de programação de computadores, construção civil, publicidade e educação.

Ainda na audiência, o vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Gilman Viana Rodrigues, afirmou que os acordos entre os Estados Unidos e países como Chile e Cingapura só foram possíveis porque os parceiros não eram grandes produtores agrícolas. Na opinião de Rodrigues, um acordo assim não funcionaria no Brasil.

## Senadores pedem fortalecimento do Mercosul e defesa do agronegócio

A proteção do setor agropecuário, o fortalecimento do Mercosul e a defesa dos interesses nacionais, do desenvolvimento e da geração de emprego e renda nas negociações para a formação da Alca estiveram entre as principais preocupações dos senadores que participaram da audiência pública de ontem.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu que o governo faça uma “força dramática” pela consolidação do Mercosul, o que poderia colocar o país em melhores condições nas negociações da Alca. Segundo o parlamentar, os EUA sempre viram a América Latina como o seu quintal e não querem a região organizada e com voz ativa.

– Apesar das dificuldades, acho que deveríamos jogar

tudo no Mercosul – disse Simon, lembrando o sucesso da criação da União Européia.

João Capiberibe (PSB-AP) acredita que o Mercosul seja um “trampolim para a Alca”. O senador, relator na comissão dos assuntos relacionados à Alca, avaliou ainda que os obstáculos colocados atualmente nas negociações são “intransponíveis”, em função, principalmente, dos subsídios agrícolas concedidos aos produtores norte-americanos.

– As negociações devem continuar, mas em defesa dos interesses da sociedade brasileira, do agronegócio e da indústria. Até porque o país tem um gargalo de desenvolvimento. Precisamos criar ocupações para um exército de excluídos, desempregados, sem-terra,

sem-teto – declarou.

Em resposta, Bahadian afirmou que é preciso levar em consideração a melhoria do nível de emprego e renda, mas lamentou que essa preocupação não esteja presente no debate. Ele voltou a defender mudanças nas regras de negociação e também acusou os EUA de tentarem dividir a opinião pública nacional com uma estratégia de “desinformação”.

– O suposto isolamento do Brasil nas negociações é uma inverdade, são declarações de natureza política. Não vamos acabar com a Alca, mas temos de colocar a Alca dentro de uma perspectiva correta, sem lesivos compromissos para a política brasileira de desenvolvimento econômico – assinalou Bahadian.



**APOIO** Senadores elogiam esforço do governo brasileiro para mostrar firmeza nas negociações da Alca

## Falta de subsídios agrícolas é criticada

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) lamentou a pequena presença do Brasil no comércio internacional e se disse surpreso que o país tenha, “candidamente”, aberto mão de qualquer tratamento diferenciado que desse proteção aos produtos nacionais, enquanto os EUA e a Europa concedem altos subsídios.

Bahadian e Gilman Rodrigues explicaram que desde a Rodada do Uruguai, que negociou as tarifas de comércio internacional, não se podem introduzir novos subsídios, mas foi permitido que os países desenvolvidos continuassem com seus incentivos – ponto principal de discórdia nas negocia-

ções internacionais hoje.

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) rechaçou as declarações do negociador norte-americano Peter Allgeier, que comparou o Brasil com Cingapura – país a que Costa chamou de paraíso fiscal – e com o Chile, que para ele vem assumindo posições subservientes aos EUA. Bahadian disse ao senador que o Brasil já respondeu às declarações.

Já o senador Jefferson Péres (PDT-AM) deu nota dez à posição adotada pelo governo brasileiro nas negociações, mas nota zero ao discurso utilizado, “típico de chefe de governo de país desimportante, terceiro-mundista”, como observou.

Relatora do projeto que prevê a realização de um plebiscito sobre a adesão do Brasil à Alca, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu o direito da população brasileira de se posicionar sobre a questão.

Presidente da CRE, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a instituição de um programa de renda mínima na Alca, a exemplo de iniciativas semelhantes instituídas na área do euro. João Alberto Souza (PMDB-MA) manifestou sua preocupação com os produtores de trigo nacionais, que, em um mercado sem barreiras, teriam grandes dificuldades de competir com os dos outros países da Alca.

# Brasil é escolhido para conselho da ONU



**EXPECTATIVA** Tião Viana vê passo concreto na direção de vaga permanente

■ **Tião Viana anuncia que país será membro não permanente do Conselho de Segurança**

Ao anunciar que a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) elegeu ontem Brasil, Argélia, Benin, Filipinas e Romênia como membros não permanentes do Conselho de Segurança da

ONU, durante um período de dois anos, que termina em 2005, o senador Tião Viana (PT-AC) manifestou sua opinião de que a escolha é um passo concreto na direção de o país ver atendido seu pleito de ocupar uma cadeira permanente no conselho.

Os cinco países tomarão posse em janeiro do próximo ano, quando México, Bulgária, Camarões e Síria encerrarão seus respectivos mandatos.

A eleição dos novos membros

do Conselho de Segurança segue a distribuição geográfica acordada pela assembleia, que designa três lugares para os países da Ásia e África, um para o Leste Europeu e um para América Latina e Caribe.

## Primeira vez

O senador pelo Acre destacou que, em 58 anos de história da Organização das Nações Unidas, essa é a nona vez que o Brasil é reconduzido para o Conselho de Segurança, o que o torna o país que mais vezes

ocupou uma vaga não permanente no conselho. Tião Viana informou que o país recebeu 178 votos e houve quatro abstenções. A eleição foi secreta.

– Esse é um marco na política externa brasileira. Queremos consolidar um novo modelo de relação multilateral, onde um mundo em solidariedade, um mundo que combata duramente a guerra, seja capaz de pensar um novo horizonte moral para a entrada do terceiro milênio – disse Tião Viana.

## Vietnamitas querem ampliar laços com o país

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), recebeu ontem a visita de delegação chefiada pelo diretor do Departamento de Importações e Exportações do Ministério do Comércio do Vietnã, Nguyen Dang Chi, que veio discutir possibilidades de incrementar o intercâmbio existente entre empresas brasileiras e vietnamitas. Paim prometeu esforçar-se pelo fortalecimento da Frente Parlamentar Brasil-Vietnã no Congresso Nacional.

– Vamos trabalhar politicamente para aumentar o volume de importações e exportações entre os dois países, que terá efeitos positivos para a balança comercial de ambos.

A delegação estava acompanhada pelo embaixador do Vietnã em Brasília, Nguyen Van Huynh, e parte da conversa foi dedicada às chances de importação de arroz vietnamita pelo Brasil.

– Eles atuam muito na área da rizicultura, e eu disse que meu estado, o Rio Grande do Sul, é um grande exportador de arroz, mas ainda não abastece todo o Brasil, e que podemos vincular essa possibilidade à política de combate à fome.



**AVANÇO** Pak Sun Hui disse a Paim que mulheres ocupam 25% das cadeiras do Parlamento norte-coreano

## Paim debate discriminação com representantes da Coreia do Norte

No exercício da Presidência do Senado, o senador Paulo Paim (PT-RS) recebeu ontem delegação da Coreia do Norte, que lhe entregou convite oficial para que uma delegação do governo brasileiro visite aquele país.

Estiveram com o senador a presidente da União de Mulheres Democráticas da Coreia (UMDC), Pak Sun Hui; a diretora internacional da UMDC, Chae Chun Hui; e a chefe de seção da direção internacional

da UMDC, Choe Chae Son.

Autor de iniciativas como o Estatuto do Idoso, o projeto de Estatuto do Portador de Necessidades Especiais e outras proposições concernentes a minorias, o senador conversou com a delegação sobre a situação das mulheres naquele país.

– O eixo da conversa foi o combate às discriminações. As mulheres na Coreia do Norte já avançaram muito. Elas me disseram que hoje o Parlamento do país tem em torno de 25%

de mulheres. Nós temos apenas 8% – assinalou Paim.

O vice-presidente do Senado expressou satisfação com o retamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Coreia do Norte, ressaltando seu desejo de que aquele país instale embaixada em Brasília. Ele observou que é importante “intensificar as relações entre os povos e fortalecer a democracia, a liberdade de expressão e de comunicação e o intercâmbio cultural, político e social”.

## Congresso aprova créditos suplementares

Reunido ontem à noite, o Congresso Nacional aprovou créditos suplementares no valor de R\$ 672,9 milhões para os Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Cultura, do Esporte, do Turismo e da Educação. Por falta de acordo, não foi votado o projeto que altera a Resolução nº 1, de 2001, com o objetivo de elevar o número de emendas de bancada à proposta orçamentária de 2004.

Pela manhã havia a expectativa de que o projeto pudesse ser examinado, conforme chegou a anunciar o presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). À noite, entretanto, o acordo não se materializou e o projeto nem chegou a entrar na pauta de votações.

Os créditos suplementares aprovados constam do Projeto de Lei nº 20, que destina R\$ 27,2 milhões para os Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Cultura, do Esporte e do Turismo; do Projeto de Lei nº 26, que destina R\$ 376,6 milhões para reforço de dotações previstas na lei orçamentária em vigor; e do Projeto de Lei nº 29, que destina R\$ 269,08 milhões para o Ministério da Educação.

## José Maranhão questiona recomendação de relatora da ONU

José Maranhão (PMDB-PB) questionou ontem a recomendação da relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para Execuções Extrajudiciais Sumárias ou Arbitrárias, Asma Jahangir, no sentido de que aquela organização investigue o Poder Judiciário brasileiro. O senador afirmou que os fatos constatados

pela representante da ONU – “um retrato da realidade brasileira” – não são culpa do Judiciário, mas do Executivo.

Maranhão lembrou que cabe ao Executivo o policiamento ostensivo, a investigação de crimes, a proteção a testemunhas e a administração de presídios, de delegacias e da Febem, questões que preocuparam

Jahangir. O senador salientou que ao Judiciário cabe apenas julgar os casos que lhe são apresentados.

O parlamentar concordou com Jahandir no que diz respeito à lentidão da Justiça brasileira. Ele citou, como uma das causas disso, o crescimento do número de demandas, enquanto o número de juízes per-

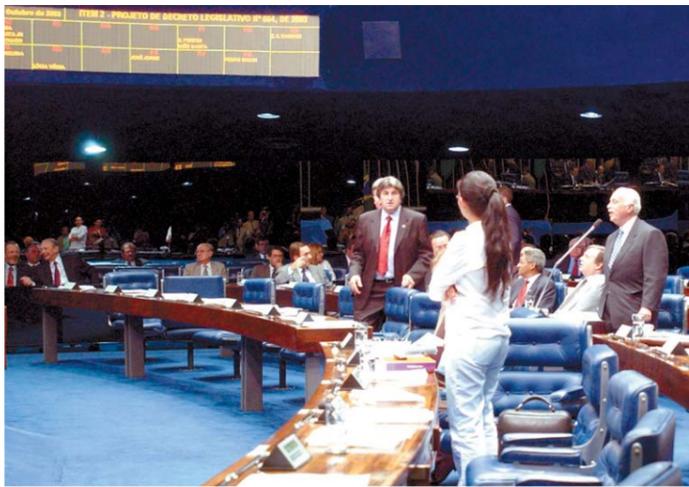
manece estável. E ressaltou que há, no Brasil, apenas um juiz para cada 14 mil habitantes, enquanto a média mundial é de um para 7 mil, e, o ideal, um para cada 4 mil.

Em apartes, os senadores do PMDB do Piauí, Alberto Silva e Mão Santa, se associaram a José Maranhão na defesa do Poder Judiciário.



**MOROSIDADE** Maranhão atribui lentidão do Judiciário ao reduzido número de juízes

Roosevelt Pinheiro



**OBSTRUÇÃO** Trabalhos foram suspensos por falta de quórum após Antonio Carlos (D) pedir verificação do número de presentes

## Adiada a votação das prestações de contas do Legislativo e Judiciário

Os trabalhos da ordem do dia do Senado foram suspensos ontem, por falta de quórum, quando o Plenário se preparava para votar o parecer favorável do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) às prestações de contas do Senado, da Câmara, do Judiciário e do Ministério Público da União. O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu verificação de quórum, com apoio do seu partido e do PSDB.

Os dois partidos oposicionistas não concordam com a

decisão de realizar votações também nas segundas e sextas-feiras. Segundo Antonio Carlos e o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), as matérias a serem votadas pela Casa não justificam a mudança de regra.

– Quando fui presidente, realizei votações às segundas, sextas, sábados e domingos, sem problema. Mas é preciso que as matérias tenham importância e urgência que justifique isso, o que não é o caso – argumentou Antonio Carlos.

## Heráclito propõe ajustar A Voz do Brasil ao horário de verão

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) dirigiu ontem um apelo ao ministro-chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, para que ajuste o horário de transmissão do programa *A Voz do Brasil* nos estados que não adotaram o horário de verão, iniciado no último domingo. Ele lembrou que os estados do Norte e Nordeste, e ainda Tocantins e Mato Grosso, estão com uma hora de defasagem e, para manter a simultaneidade nacional, o programa está sendo transmitido às 18h.

– Como há recursos tecnológicos para gerar a *Voz* em horários diferenciados, sugiro que se mantenha a transmissão às 19h, em que tradicionalmente o programa é ouvido. E, diga-se de passagem, muito ouvido. Um dos mais conhecidos comunicadores do Nordeste, o popular Muçã, com toda a sua irreverência, ainda esta sema-



**DEFASAGEM** Estados fora do horário de verão transmitem o programa às 18h, diz Heráclito

na reclamava do problema, que atinge em cheio seu programa diário, que vai do meio da tarde exatamente até às 19h, quando dá lugar a *A Voz do Brasil* – assinalou.

Heráclito disse ter certeza de que o governo refletirá sobre o assunto e não demorará a tomar uma decisão favorável aos estados que não incorporaram o horário de verão.

# Garibaldi Alves pede mais investimentos em turismo

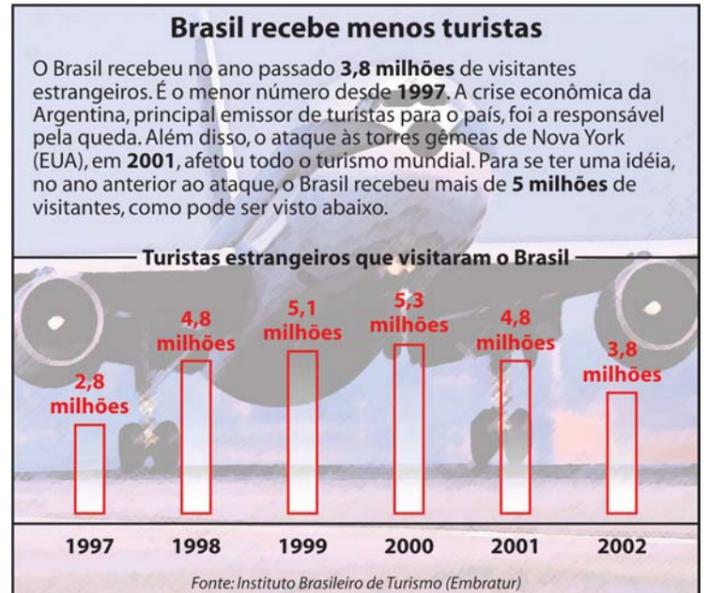
Senador afirma que setor garante ao país 1 milhão de empregos diretos e 5 milhões de indiretos

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defendeu, ontem, a ampliação dos investimentos em turismo, a fim de que seja aproveitado o potencial de belezas naturais existentes no Brasil. Segundo ele, é necessário profissionalizar o setor em níveis próximos à excelência, em todas as suas fases – divulgação, transportes, hotelaria, produção e realização de eventos e segurança.

São igualmente importantes, no entender do parlamentar, boas estradas, uma eficiente rede aeroportuária, transportes urbanos de boa qualidade, *marketing* turístico eficiente, divulgação efetiva de monumentos naturais, artísticos e históricos, bons níveis de saneamento e urbanização dos pólos de atração de visitantes.

– Isso é o mínimo que o governo, nas três esferas, deve prover, como a parte que lhe cabe, ou seja, a infra-estrutura turística – disse.

Garibaldi observou que a indústria hoteleira do país, “composta por 10 mil meios de hospedagem”, segundo dados de 2001, propicia 1 milhão de empregos diretos e 5 milhões de indiretos e arrecadação de mais de US\$ 400 milhões de impos-



tos e taxas. Para reiterar a importância econômica do turismo, Garibaldi lembrou que está se realizando no Rio de Janeiro o 31º Congresso Nacional dos Agentes de Viagem.

### Crescimento

Segundo destacou, a Organização Mundial do Turismo (OMT) prevê que a entrada de turistas estrangeiros no Brasil passará dos 5 milhões, em 2005, para 9 milhões em 2010 e 14 milhões em 2020. Esse órgão estima, contudo, que o turismo interno será muito mais importante que o internacional, já que as viagens domésticas passarão dos 50 milhões em 2005 para 60 milhões em 2010 e 72 milhões em 2020.

Em apertado, ele recebeu apoio dos senadores Paulo Octávio



**MELHORIAS** Garibaldi Alves quer profissionalização do setor e uma boa rede aeroportuária

(PFL-DF), presidente da Subcomissão de Turismo, Heráclito Fortes (PFL-PI), José Maranhão (PMDB-PB) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

## Virgílio: defesa das frutas da Amazônia

A garantia da proteção do Estado para as frutas da Amazônia, “assim como o governo fez com a cachaça e a caipirinha ao sacramentar que ambas são brasileiras, por meio do Decreto nº 4.851”, foi defendida pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Virgílio lembrou que há pelo menos dez anos faz a defesa dos frutos da Amazônia, alvo da cobiça internacional, como é o caso da multinacional japonesa Asahi Foods, que está pleiteando a patente mundial do açaí e do cupuaçu. O parlamentar pediu à Subcomissão da Amazônia e à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) providências imediatas.

**seminário**

O Senado Federal convida a população para participar do Seminário “15 anos da Constituição Federal Brasileira”, a realizar-se nos dias 4, 5 e 6 de novembro, a partir das 9 horas, no Auditório Petrônio Portella, no Senado Federal, quando será feita uma análise da Carta Magna e suas consequências na Sociedade.

**15 anos**

da Constituição Federal Brasileira

04, 05 e 06 de novembro de 2003

Senado Federal  
Auditório Petrônio Portella  
PROGRAMAÇÃO: www.senado.gov.br/15

# REFORMAS

No Plenário, líder do PFL defende reajuste da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física. Paulo Paim afirma que vai apresentar emenda sugerida por associação de auditores prevendo correção periódica



**APOIO** Hélio Costa afirma que norte do estado precisa dos recursos para se desenvolver

## Hélio Costa quer garantir verbas para Minas

Em discurso no Plenário, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) anunciou que vai apresentar emenda à proposta de reforma tributária para deixar claro que o estado de Minas Gerais também será beneficiado pelo Fundo de Desenvolvimento Regional. Para o senador, o texto está confuso exatamente nesse item, embora o relator da matéria, senador Romero Jucá (PMDB-RR), tenha afirmado que Minas terá acesso aos recursos do fundo.

Hélio Costa explicou que elaborou a emenda com a intenção de não deixar dúvidas quanto ao fato de Minas Gerais ter direito aos recursos. O senador ressaltou a importância do fundo para seu estado, argumentando que sem esse instrumento será impossível desenvolver a região do Mucuri, Jequitinhonha, São Mateus e norte do estado.

– Essa região somente conseguiu caminhar para o desenvolvimento por meio dos recursos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Todo imposto que ali se recolhe vem de empresas instaladas pela Sudene. Portanto, não podemos deixar, de forma alguma, que Minas Gerais fique de fora desse projeto – afirmou o parlamentar.

# Agripino cobra do governo a correção da tabela do IR

■ Objetivo é impedir prejuízo para os contribuintes, principalmente os de menor renda

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), pediu ontem, em Plenário, que o senador Romero Jucá (PMDB-RR) inclua no relatório da reforma tributária a correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), de modo a impedir que os contribuintes sejam prejudicados, principalmente os de menor renda.

Agripino cobrou do PT o cumprimento de acordo firmado entre governo e oposição, ano passado, quando Fernando Henrique Cardoso ainda exercia a Presidência da República. Jucá era na época vice-líder do PSDB. Conforme informação que Agripino recebeu do deputado Rodrigo Maia, o acordo levou ao reajuste da ta-



**COMPROMISSO** Agripino lembra acordo feito ano passado, quando Fernando Henrique era presidente da República e o PT oposição

bela em 17,5%, com a indicação de novo reajuste de 17,5% em 2003.

– No ano passado, o PT era oposição, agora é governo. Espero que honre o que foi acordado – disse.

Ele reforçou a defesa da correção da tabela dando como exemplo o caso de um traba-

lhador com salário de R\$ 1.050. Pela tabela atual, estaria isento, mas se obtivesse um reajuste salarial de 14% passaria a receber mais R\$ 150, ficando, portanto, sujeito a desconto de 15% de IR na fonte. O resultado é que pagaria R\$ 180 de imposto todo mês, valor maior que o aumento de salário.

## Paim encampa proposta de auditores da Receita estabelecendo o reajuste anual

Na exercício da presidência da Casa, o vice-presidente Paulo Paim (PT-RS) recebeu ontem representantes do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), que lhe entregaram uma sugestão de emenda à reforma tributária prevendo o reajuste periódico da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). Paim prometeu encampar a emenda dos auditores.

– A emenda é positiva, construtiva e mostra preocupação justamente com o assalariado. Eles querem simplesmente ga-

rantir que uma vez por ano a tabela do IR seja corrigida. Se nós colocarmos esse instrumento agora na reforma tributária, não teremos esse embate todo ano sobre corrigir ou não corrigir a tabela. Por isso, vou encaminhar a emenda e defendê-la no âmbito das comissões e do Plenário – afirmou.

Indagado sobre a perda de recursos que isso significará para o Estado, Paim sustentou que o governo não perderá nada: “Entendo que o dinheiro na mão do trabalhador reativa o mercado interno. Reativando o

mercado interno, gera emprego. Se gera emprego, haverá mais pessoas trabalhando, produzindo e consumindo. Indiretamente, os impostos acabam novamente sendo recolhidos para o governo”.

Paim prometeu conversar com Aloizio Mercadante (PT-SP) e Romero Jucá (PMDB-RR), relator da reforma, para buscar um acordo sobre o assunto.

Durante a audiência, a presidente do Unafisco, Maria Lúcia Fattorelli, afirmou que a não-correção da tabela caracteriza um confisco.



**BENEFÍCIO** Aelton Freitas quer isenção de ICMS sobre material para melhoramento genético

## Emendas de Aelton ajudam a agricultura

Ao opinar que o texto da reforma tributária aprovado na Câmara precisa ser modificado “para o bem da agropecuária brasileira”, o senador Aelton Freitas (PL-MG) informou ter apresentado ao relator da matéria, senador Romero Jucá (PMDB-RR), emenda que garante a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para material reprodutivo destinado ao melhoramento genético animal e vegetal.

Aelton explicou que a emenda, sugerida pela Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, é importante para que a agricultura possa manter os resultados positivos que tem alcançado na balança comercial do país.

A partir de sugestão da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Aelton Freitas apresentou outra emenda que tem como objetivo evitar a cumulatividade na cobrança de impostos sobre a atividade rural, mediante a isenção de ICMS para insumos agropecuários.

Uma outra emenda de iniciativa de Aelton Freitas enumera os municípios e as regiões de Minas Gerais que deverão ser contempladas pelo Fundo de Desenvolvimento Regional.



## Ideli apóia emenda em defesa das verbas para educação

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) anunciou, em discurso no Plenário, que a Comissão de Educação (CE) vai apresentar uma emenda à proposta de reforma tributária para reduzir progressivamente a participação dos recursos orçamentários destinados à

educação na Desvinculação de Receitas da União (DRU). Pela emenda, a partir de 2005 a desvinculação das verbas da educação cairia de 20% para 15%, no ano seguinte para 10%, até que a destinação obrigatória da parcela do Orçamento Geral da

União destinado à educação seja recomposta. Ideli lembrou que, no ano 2000, o governo federal desvinculou R\$ 1,1 bilhão da educação; em 2001, R\$ 1,3 bilhão; em 2002, R\$ 2,7 bilhões; e, em 2003, R\$ 3 bilhões. Segundo a senadora por Santa

Catarina, o orçamento para a educação não pode continuar sendo cortado dessa maneira. Ela também pediu o apoio dos senadores para a aprovação da redução gradual da parcela desvinculada das verbas destinadas à saúde.

## REFORMAS

Proposta tributária traz prejuízos claros e vantagens duvidosas, acredita o senador baiano

# Tourinho prevê grandes perdas para os estados

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) afirmou ontem que, se a reforma tributária for aprovada nos moldes do relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR), os estados perderão sua autonomia fiscal – uma vez que caberá ao Senado aprovar as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) –, não mais poderão conceder incentivos fiscais para atrair investimentos e ainda terão redução da receita com o ICMS sobre medicamentos e sobre cestas básicas.

Para Tourinho, os ganhos dos estados com a reforma fiscal são difíceis de avaliar, mas as perdas são líquidas e certas. Segundo o senador, 18,75% da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e o Fundo de Desenvolvimento Regional, da ordem de 2% da receita do Im-



José Cruz

**PRERROGATIVA** Tourinho lembra que estados não poderão mais conceder incentivos fiscais

posto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, representam muito pouco para compensar tantas perdas.

De acordo com o senador, há dois pesos e duas medidas em relação a tributos no Brasil. Quando o governo federal quer aprovar a Desvinculação de Re-

ceitas da União, diz-se que está demonstrando responsabilidade fiscal. Quando são os estados, eles estariam pretendendo diminuir as verbas para educação e saúde.

Em aparte, o líder do PFL, José Agripino (RN), delegou a Tourinho a tarefa de elaborar um voto em separado, contrário ao relatório de Jucá, para ser apresentado como a posição do partido. Também em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) sugeriu que fosse incluída a exigência de o Orçamento da União ser impositivo e não meramente autorizativo, como é hoje.

Os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Delcídio Amaral (PT-MS), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Duciomar Costa (PTB-PA) também comentaram a proposta.

## Simon quer incluir trabalhadores informais



Célio Azevedo

**Simon: 40 milhões** ficam excluídos no projeto do governo

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) encaminhou ontem modificação à proposta de emenda à Constituição da reforma da Previdência para garantir o acesso, aos direitos previdenciários, dos trabalhadores de baixa renda que estão na informalidade.

– Minha proposta pretende dar um caráter mais democrático à proposta do governo, que deixou de fora justamente os mais pobres e que mais precisam da proteção do Estado – afirmou Simon, que defendeu a inclusão dos cerca de 40 milhões que estão fora da Previdência.

A emenda de Simon recebeu 27 assinaturas de apoio de senadores.

## Paim apresenta 47 emendas à Previdência

Primeiro parlamentar a apresentar emendas à proposta de reforma da Previdência, que começou a tramitar no Plenário, o senador Paulo Paim (PT-RS) entregou ontem ao secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, 22 sugestões de mudanças para o texto. Em seguida, ele foi para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde entregou outras 25 emendas à proposta paralela – a PEC nº 77/03.

Paim argumentou que, como até agora o relator Tião Viana (PT-AC) não acolheu nenhuma das emendas, decidiu reapresentá-las, todas centradas nos seguintes assuntos: paridade de remuneração entre servidores ativos e inativos; salário integral no momento da aposentadoria; transição entre o atual e o novo sistema de Previdência pública; subteto salarial único nos estados; e pensões integrais.

## Duciomar pede que MEC parcele devolução por municípios

O senador Duciomar Costa (PTB-PA) pediu ao ministro da Educação, Cristovam Buarque, que reveja a decisão de cobrar de uma só vez os recursos que municípios do Pará, Bahia e Maranhão teriam recebidos a mais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) no ano 2000.

Para o senador pelo Pará, se a

cobrança for feita de uma única vez, os servidores dos municípios serão os maiores prejudicados, pois correrão o risco de não receber o 13º salário deste ano e até ver os seus vencimentos reduzidos. Ele destacou que se realmente houve um repasse maior dos recursos do Fundef, a culpa não foi dos funcionários nem dos prefeitos, e, por esse motivo, eles não deveriam ser penalizados.



Roosevelt Pinheiro

**PERDAS** Duciomar adverte que cobrança acabará causando prejuízo aos servidores

## ACM exige publicação de carta em jornal paulista

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) reivindicou ontem que a Mesa do Senado publique no jornal *O Estado de S. Paulo* a carta de esclarecimento do procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, enviada ao Senado, em que ele diz que apenas citou uma frase do jurista Heleno Fragoso, que compara a impunidade de um senador corrupto com a de um homem comum, do povo, a quem chamou de “Zé Pretão”. O jornal publicou a frase como sendo do próprio Fonteles.

– O procurador mencionou, e o *Estadão* publicou como manchete em oito colunas, que há 15 anos um senador corrupto vai à missa todo domingo. Ele não se referia a mim, porque não sou corrupto, rezo mas não tenho ido à missa, e não era senador há 15 anos. Mas isso não pode ficar sem resposta no local em que foi publicado – disse Antonio Carlos.

O senador disse ainda que o procurador do Senado, senador Demostenes Torres (PFL-GO), encaminhou pedido de explicações e recebeu a carta de



Roosevelt Pinheiro

**RESPOSTA** Procurador-geral se explicou em carta enviada ao Senado, afirma Antonio Carlos

Fonteles esclarecendo que se tratava da citação de uma frase de Heleno Fragoso.

Na carta, Fonteles afirma que estava apenas comparando o tratamento dispensado pela Justiça a pessoas de diferente condição social. O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), na presidência da sessão plenária, leu a carta com as explicações do procurador, mas ainda assim o senador Antonio Carlos exigiu a publicação no *Estado de S. Paulo*, mesmo que para isso seja preciso pagar.



José Cruz

**MOSTRA** Zoghbi (D) disse que é importante estimular o servidor tanto no desempenho profissional quanto na expressão artística

## Servidores do Legislativo mostram talento artístico

Como parte das comemorações da quinzena do servidor do Legislativo, iniciada na quarta-feira, foi aberta a 1ª Mostra de Arte dos Servidores das Casas Legislativas, no Salão Negro do Congresso Nacional. A quinzena do servidor é uma iniciativa da Secretaria de Recursos Humanos.

Para o diretor da Secretaria de Recursos Humanos, João Carlos Zoghbi, é preciso valorizar o servidor, tanto em seu desempenho profissional

quanto em sua vocação nas artes. Zoghbi informou que o novo portal eletrônico da secretaria já está em funcionamento, aumentando, assim, o acesso dos servidores às informações de seu interesse.

Pela manhã, o diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, participou do encerramento do curso promovido pelo ILB – em convênio com a Unilegis e a Universidade São Camilo (RJ) –, que formou 37 especialistas em Auditoria em Sistemas de Saúde.

# Acordo pode facilitar votação do Orçamento

■ Projeto de resolução aumenta número de emendas a serem apresentadas pelos parlamentares

O texto do acordo que aumenta o número de emendas de bancada à proposta orçamentária de 2004 foi encaminhado ontem à Mesa do Congresso Nacional pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Gilber-

to Mestrinho (PMDB-AM).

O projeto de resolução proposto altera a Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional e, segundo Mestrinho, retrata o acordo firmado na terça-feira entre as lideranças sobre o pleito dos senadores de conseguir um acréscimo de três emendas em relação ao limite atual (mínimo de 15 e máximo de 20 por estado). As divergências entre Senado e Câmara dos Deputados em relação a essa proposta têm atrasado a tramitação do Orçamen-

to de 2004.

Além de elevar o número de emendas para um mínimo de 18 e um máximo de 23 (sendo que as três adicionais seriam apresentadas pelos senadores de cada estado e do Distrito Federal), a proposta define que as bancadas com mais de 11 parlamentares poderão apresentar uma emenda adicional para cada grupo completo de dez congressistas. Ou seja, se a bancada tiver 21 parlamentares, o acréscimo será apenas de uma emenda adicional.

A expectativa do presidente da CMO e do líder do governo no Congresso, senador Amir Lando (PMDB-RO), é de que o projeto de resolução seja apreciado rapidamente pelo Congresso.

– Precisa haver um acordo entre Câmara e Senado. Se isso não ocorrer, ficam valendo as regras atuais e discute-se o projeto de resolução no próximo ano. O governo não vai aceitar novos atrasos na tramitação do Orçamento, que precisa ser votado neste exercício – advertiu.



**NOVO LIMITE** Acordo fechado por Mestrinho amplia para 23 as emendas de cada bancada

## Remédios grátis para hepatite e fibrose no SUS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em caráter terminativo, o projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que torna obrigatória a distribuição gratuita de medicamentos, pelo Sistema Único de Saúde, aos portadores dos vírus das hepatites, doentes com hepatites crônicas e pacientes com fibrose cística. O projeto vai agora para análise da Câmara dos Deputados.

Uma emenda à proposta original (PLS nº 85/2002) incluiu os pacientes com fibrose cística, doença que compromete os sistemas respiratório e digestivo e o aparelho reprodutor.

A CAS também decidiu ontem que a profissão de *sommelier* – pessoa encarregada de aconselhar e servir vinhos aos clientes de restaurantes – será regulamentada em lei, ao aprovar em caráter terminativo o substitutivo do senador José Agripino (PFL-RN) ao projeto de lei do senador Edison Lobão (PFL-MA). O texto do PLS nº 179/2002 ainda será apreciado em turno suplementar.



**APROVAÇÃO** O requerimento convidando Ana Fonseca foi apresentado pelo senador Suplicy (C)

## Subcomissão ouvirá coordenadora dos programas sociais do governo federal

A Subcomissão Fome Zero, ligada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), vai ouvir, em data ainda a ser marcada, a coordenadora do processo de unificação dos programas sociais de transferência de renda, Ana Fonseca. Ela vai falar sobre a estratégia a ser colocada em prática pelo governo federal para que os benefi-

cios cheguem da melhor forma à população carente de todo o país, bem como sobre as fontes de custeio destinadas a financiar o programa Fome Zero. Requerimento nesse sentido, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), foi aprovado ontem pela subcomissão.

Na mesma reunião, a subcomissão aprovou ainda dois re-

querimentos do seu presidente, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), convidando o ministro Marcos Vileça, do Tribunal de Contas da União (TCU), e o padre Clodoveo Piazza, secretário de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais do estado da Bahia, para falarem sobre o Fome Zero.

## CAS promove audiência com estivadores

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) fará audiência com representantes de sindicatos dos arrumadores e estivadores, com o objetivo de identificar a posição desses profissionais sobre o substitutivo do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ao Projeto nº 19/2003, do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que limita em até 30 quilos o peso que um empregado poderá remover individualmente (o limite fixado pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – é de 60 quilos).

A sugestão da audiência foi do senador Mão Santa (PMDB-PI), após o senador César Borges (PFL-BA) argumentar que o projeto acarretaria mais desemprego, principalmente em regiões onde a mecanização não é disponível.

Suassuna classificou de uma “barbaridade” brasileiros serem obrigados a carregar sacos de 50 quilos – na Europa, o limite é de 20 quilos. Crivella lembra que o peso em excesso fere convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



**DEFESA** Motta lembrou que as escolas formam profissionais altamente capacitados

## Motta pede mais verbas para escolas técnicas

As escolas federais de educação técnica e tecnológica, consideradas uma referência no país pela qualidade de seu ensino, estão começando a enfrentar problemas por causa dos cortes de verbas. O alerta foi feito em Plenário pelo senador João Batista Motta (PMDB-

ES), informando que hoje as 139 instituições espalhadas pelo país recebem só 70% do que recebiam em 1997.

A escassez de dinheiro começou com o cancelamento de convênios do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), provocando perda

de servidores, especialmente professores. O sistema engloba 35 centros federais de educação tecnológica, 37 unidades de ensino descentralizadas, 37 escolas agrotécnicas, 29 colégios técnicos vinculados a universidades federais, além do Colégio Pedro II (RJ).

– Não podemos nos esquecer que o mercado de trabalho sempre disputou os alunos formados por essas instituições – acrescentou, enfatizando que o sistema atende desde o nível técnico básico até o ensino superior e a pós-graduação – frisou o senador.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Eduardo Siqueira Campos, Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho